

III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS PARA LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO RIO DE JANEIRO

"Por um Rio que enfrente a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais"

RELATÓRIO FINAL - III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS PARA LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO
2016

CARTA DE APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que o Conselho Estadual dos Direitos da população LGBT (CELGBT) torna público o relatório final da 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT, ocorrida entre os dias 18,19 e 20 de março de 2016 na OAB-RJ e na FESUDEPERJ/DPGE-RJ.

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece mecanismos de participação direta da sociedade nos processos decisórios, neste sentido, por meio de suas próprias forças e dos movimentos sociais e populares, as conferências, que acontecem nos três níveis de governo, fazem parte destes mecanismos e é uma possibilidade de participação na definição das políticas públicas criando espaços onde cada segmento discute e delibera as prioridades de atenções e serviços necessários a serem executados pelas políticas públicas setoriais.
O Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto n. º 41.798 de 02 de abril de 2009, criou o Conselho de Direitos da População LGBT, de caráter deliberativo, com a finalidade de elaborar, acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) destinadas a assegurar a essa população o pleno exercício de sua cidadania.

Além disso, foi realizada em 2008 a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, convocada por Decreto Federal do então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, precedida da I Conferência Estadual de Políticas Públicas para a Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e de 08 pré-conferências regionais, devidamente convocadas por Decreto Estadual n. º 41.196 de 28 de fevereiro de 2008.

Em 18 de maio de 2011 a Presidenta da República Dilma Rousseff, juntamente com a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República convocaram a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT que se realizou entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, enquanto que Estado do Rio de Janeiro, realizou, através de Convocação pelo Decreto n. 43.126 de 10 de agosto de 2011, a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, entre os dias 20 e 22 de outubro de 2011, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, através da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos – SUPERDir.

O Governo Brasileiro tem, nos últimos anos, realizado ações de promoção da cidadania e combate à discriminação contra LGBT através do Conselho Nacional de Combate à

Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, da criação do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência Contra LGBT e Promoção dos Direitos e com a realização das I e II Conferência Nacional de Promoção da Cidadania LGBT nos anos de 2008 e 2011, respectivamente, além da implantação do Disque Direitos Humanos (Disque 100).

Na mesma linha, o Estado do Rio de Janeiro tem atuado na promoção da cidadania e direitos humanos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais através do Programa Rio Sem Homofobia coordenado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

O Programa Estadual Rio Sem Homofobia visa combater a discriminação e a violência contra LGBT e promover a cidadania dessa população no Estado do Rio de Janeiro, respeitando as especificidades desses grupos populacionais, através de disseminação de informações sobre direitos e sua defesa e garantia; atuação no combate a violência; atuação em ações de educação e cultura para os valores de cidadania, respeito às identidades e à promoção da diversidade humana.

O Rio Sem Homofobia foi desenvolvido a partir da criação de Câmara Técnica, através do Decreto Estadual n.º 40.822/2007, com a articulação de 11 Secretarias de Estado e Sociedade Civil que definiram suas diretrizes e suas Ações e Metas foram definidas a partir das propostas aprovadas nas I e II Conferências Estaduais de Políticas Públicas para LGBT realizadas nos anos de 2008 e 2011, respectivamente. Desta forma, o RSH tem como característica a transversalidade das ações de promoção da cidadania LGBT, não as concentrando apenas na SEASDH, mas também, articulando ações com outras secretarias, como segurança pública, administração penitenciária, educação, saúde, entre outras.

A partir da implantação do programa, foram criados serviços de atendimento à população LGBT. O Centro de Cidadania LGBT é um equipamento público estadual, regionalizado, de referência e serviço especializado, de atendimento jurídico, social e psicológico para LGBT vítimas de violência, seus familiares, amigos e/ou interessados na temática e também atuará como centro de irradiação de informações, acolhimento e mobilização em políticas públicas de combate a homofobia e promoção da cidadania LGBT. Atualmente estão implantados 4 Centros de Cidadania localizados nos Municípios do Rio de Janeiro (Capital), Duque de Caxias, Nova Friburgo e Niterói.

O Disque Cidadania LGBT é um serviço de atendimento telefônico que funciona 24h por dia, com distribuição de chamada simultânea, de âmbito Estadual, gratuito, anônimo e sigiloso, através do número 0800 0234567, que recebe, registra e encaminham denúncias, solicitações de atendimentos, realizados à população LGBT, familiares e amigos. É a principal porta de entrada do Programa Rio Sem Homofobia. Realizou entre 2010 e 2014 aproximadamente 19.738 atendimentos.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, através da Resolução DPGERJ de 12 de maio de 2011 criou um órgão de atuação da Defensoria Pública destinado a defesa e promoção

dos direitos relacionados à diversidade sexual e aos direitos homoafetivos, identificado como Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos - NUDIVERSIS.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República convocou a III Conferência nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, através da Portaria n. º 754 de 29 de dezembro de 2014, para os dias 25 a 27 de abril de 2016. De acordo com as orientações da SDH/PR a III Conferência poderá ser realizada em etapas municipal, regional, estadual/distrital e nacional. O Estado do Rio de Janeiro optou por realizar 09 etapas regionais e a etapa estadual; a convocação da mesma se deu através de Decreto Estadual Nº 45.470 de 26 de novembro de 2015.

As etapas regionais foram divididas em 09, conforme descrito abaixo:

1) Regional I - 2015 – Norte e Noroeste Fluminense – Sede: Sede: Macaé - Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula, Varre-Sai, Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá.
2) Regional II - 2015 – Serrana – Sede: Nova Friburgo - Bom Jardim, Carmo, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Cachoeira de Macacu, São José do Vale do Rio Preto.
3) Regional III - 2015 – Médio Paraíba – Sede: Volta Redonda - Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Valença, Volta Redonda, Mendes, Rio Claro, Rio das Flores, Engenheiro Paulo de Frontim, Areal, Comendador Levi Gasparean, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios, Vassouras.
4) Regional IV - 2015 –Costa Verde – Sede: Angra dos Reis - Mangaratiba, Rio Claro, Paraty e Angra dos Reis.
5) Regional V - 2015 – Baixada Litorânea – Sede Cabo Frio: - Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim.
6) Regional VI - 2015 – Metropolitana I - Rio de Janeiro.
7) Regional VII - 2015 – Metropolitana II – Sede: Niterói - Maricá, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito.

8) Regional VIII - 2015 – Baixada Fluminense I Sede: Duque de Caxias – Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Guapimirim, Magé, Petrópolis.
9) Regional IX – 2015 – Baixada Fluminense II – Sede: Nova Iguaçu – Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica, Itaguaí.

PROPOSTAS APROVADAS NAS ETAPAS REGIONAIS DA III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – LGBT

Regional I – Norte Noroeste Fluminense – Sede Macaé

Assistência Social

1. Capacitação das equipes das secretarias de Assistência Social sobre a temática da população LGBT para garantia de um melhor atendimento.
2. Estimular e criar o Conselho Municipal de Direito da População LGBT com objetivo de diagnosticar, fiscalizar, divulgar questões ligadas ao direito das pessoas LGBTs, além de realizar ações, campanhas, fóruns de discussão e conferências. Tudo isso com a participação das secretarias de Segurança Pública, Saúde, Educação e Trabalho e Renda.
3. Criação de Centro de Cidadania LGBT Regional que atuará diretamente com público LGBT, familiares e amigos.
4. Criar Grupos de Trabalho dentro de CRAS/CREAS e equipamentos da Secretaria de Assistência Social para trabalhar questões LGBT com famílias acompanhadas pelas equipes técnicas através de busca ativa realizando reuniões mensais.
5. Realizar ação para garantir a adequação do nome social em parceria com a OAB, órgãos competentes, defensorias públicas e universidades.
6. Realizar levantamento da demanda de casais homoafetivos para realização de Cerimônia de casamentos nos municípios.
7. Criar República específica ou incluir nas já existentes jovens excluídos do núcleio familiar ou que enfrentam vulnerabilidade social por sua identidade de gênero.

Educação

1. Capacitação dos professores da rede municipal e de toda a equipe técnica escolar acerca da temática LGBT. Parceira entre secretaria municipal e as universidades que oferecem cursos de licenciatura/pedagogia.
2. Realização de campanhas que englobem a discussão da diversidade familiar nas escolas direcionadas às crianças e jovens. Realização de semanas LGBT nas escolas respeitando as datas do calendário da militância: – 29 de janeiro – visibilidade trans; 17 de maio – orgulho LGBT; 29 de agosto – visibilidade lésbica; 25 de novembro – combate de violência contra a mulher; 1º de dezembro combate a Aids; com criação de cartilhas explicativas, folders, comerciais de TV, outdoors, etc.
3. Realizar mapeamento de jovens LGBTs que evadiram, da educação básica, implementando um projeto de correção de fluxos, que priorize as travestis e transexuais. Garantindo também acompanhamento psicológico desses jovens.

4. Garantir o uso do nome social nos diários escolares, carteirinhas, diplomas e declarações assegurando o acesso e permanência deste público nas instituições escolares. Garantir também o uso de banheiros de acordo com sua identidade de gênero.

Saúde

1. Criação de Centro de Referência de Saúde Integral para LGBTs, com ampliação das atividades de prevenção nas ruas, criando uma atividade de campo na rua ligada a este serviço com distribuição de materiais educativos.
2. Subsidiar, capacitar e orientar os profissionais de saúde no trato das questões relativas ao segmento LGBT a fim de dirimir bloqueios, tensões e preconceitos que inviabilizem o pleno exercício da cidadania.
3. Solicitar a deputados estaduais e vereadores a inclusão de orçamento específico par a política pública para LGBT na Lei Orçamentária Anual (LOA).
4. Criação de Comitê Municipal de Saúde LGBT para criação, implementação, ampliação e acompanhamento da Política Nacional da Saúde LGBT.
5. Incluir através de um Programa de Saúde LGBT, no Plano de Saúde da Secretaria de Saúde (PPA).

Segurança Pública

1. Capacitação das Guardas Municipais, incluindo a Guarda Sênior para sensibilização acerca das questões referentes a população LGBT.
2. Criação de um centro de atendimento especializado ao público LGBT nos moldes do CEAM (centro de atendimento à mulher).
3. Fortalecer a política de proximidade entre a polícia civil, órgãos públicos e sociedade civil dos municípios para a resolução dos crimes contra a população LGBT.
4. Implementar na região norte fluminense a "Jornada de Segurança Pública e Cidadania LGBT" visando a capacitação dos agentes de segurança pública da região.

Trabalho e Renda

1. Criação de programa de qualificação técnica profissional para transgêneros, transexuais e travestis com recorte sócio econômico e pagamento de bolsa auxílio durante o curso. A demanda de qualificação deve ser dada pelas empresas para garantia de emprego.
2. Qualificação do setor de recrutamento e seleção de empresas privadas, para a temática LGBT com o objetivo de não haver discriminação na escolha de candidatos/as pela orientação sexual e/ou identidade de gênero dos mesmos, visando a formação de multiplicadores neste setor.
3. Criação do Programa de Educação para tratar do tema de diversidade sexual com intervenção em âmbito dos setores públicos e privados
4. Identificar perfis par empregabilidade através de pesquisas e diagnóstico; propor cursos de qualificação que atendam a demanda apresentada pelo público LGBT.
5. Realização de campanhas de combate ao preconceito no ambiente do trabalho, divulgando canais de denúncia como ouvidorias e outros.

Regional II – Serrana – Sede – Nova Friburgo

Assistência Social

1. Garantir recursos para manutenção e ampliação dos centros de cidadania LGBT garantindo todos os serviços já oferecidos pelo CCLGBT.
2. Capacitação SUAS – capacitar através da SUPERDir gestores e trabalhadores dos SUAS, estaduais e municipais sobre a temática LGBT através de jornadas do SUAS, trazendo a população LGBT para testemunhar suas experiências para esses profissionais.
3. Criar um abrigo municipal para população LGBT moradores de rua
4. Elaborara campanha para informar a população LGBT sobre seus direitos junto ao SUAS para que estas procurem mais os servidores e o profissional tenha visibilidade da demanda
5. Formar agentes multiplicadores da temática LGBT dentro do CREAS e CEAS para multiplicar os conhecimentos com profissionais da base da assistência que não tiveram com estar nas capacitações

Trabalho e Renda

1. Criar um projeto no estilo do DAMAS e Transcidadania para os municípios da Região Serrana, abrangendo travestis, Trans mulheres, Trans homens e transgêneros. Implementar cursos preparatórios de acesso à educação e profissionalizante para o acesso ao mercado de trabalho para a população LGBT.
2. Criar um "selo" de incentivo para diversidade com intenção de usar o lucro como argumento de empregabilidade para a população LBGT, e sensibilização das empresas privadas ando início a um processo de empatia.
3. Criar mecanismos de visibilidade para os homens trans na área de emprego e renda
4. Criar um Grupo de trabalho para pautar as demandas da população LGBT em especial a população Trans para acesso no mercado de trabalho e discutido a criação de cotas para a pessoa trans.
5. Promover massivamente em campanhas informativas regularmente com temas pertinentes atualizando direitos e conquistas da cidadania LGBT, procurando rever estereótipos associadas à sexualidade.

Saúde

1. Estabelecer parceria entre as prefeituras municipais e o programa Rio sem Homofobia para capacitação dos profissionais da parceria da saúde (agentes comunitários, enfermeiros, e médicos, além de pessoal administrativo) através de palestras, seminários e materiais educativos.
2. Promover nas escolas ação continuada articulada entre PSE, CCLGBT e Coordenação DST/Aids de cada município com objetivo de informar a população sobre formas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, direitos sexuais e reprodutivos, distribuição de insumos dentre outros.
3. Implementar no prazo de três anos um serviço municipal especializado para atendimento de hormonioterapia para a população de travestis e transexuais. Assegurar enquanto não houver especialistas no município o transporte gratuito para população de travestis e transexuais possam se deslocar para ter atendimento especializado em outra localidade.

Educação

1. Disponibilizar nas instituições de ensino, o banheiro para uso da população LGBT, oportunizando a permanência nos espaços escolares e respeitando a identidade do estudante evitando a evasão escolar.
2. Favorecer a inclusão de educação em direitos humanos nos projetos políticos pedagógicos das escolas, adotando as práticas democráticas e as temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, com base no plano nacional de Educação em Direitos Humanos.
3. Capacitação dos profissionais da Educação através de jornadas, seminários, palestras visando ao combate à homofobia e conscientização sobre a temática, da educação básica no ensino superior.
4. Apoiar em nível municipal a implantação de projetos culturais educativos de enfrentamento a todas as formas discriminação de direitos no ambiente escolar.

Segurança

1. Encaminhar os adolescentes em conflito com a lei, trans, e travestis para unidades mistas nas hipóteses de internações ou apreensão, garantindo, assim o respeito à sua identidade de gênero.
2. Formação continuada da Guarda Municipal para lidar com as especificidades da população LGBT
3. Capacitar profissionais da segurança privada para lidar com as espeficidades da população LGBT. Isso se deve ocorrer nos cursos obrigatórios de preparação desses profissionais e na formação continuada. Incluir nas capacitações de policiais e agentes penitenciários as questões referentes a segurança privada.

Cultura

1. Inserir nos planos municipais de Cultura diretrizes que garantam a participação da população LGBT na discussão e construção de políticas culturais que atendam às demandas desse segmento no que se refere às ações de visibilidade. Assim como suas manifestações artísticas e culturais em datas comemorativas específicas da população LGBT.

<u>Regional III – Médio Paraíba e Centro Sul Fluminense – Sede -Volta Redonda</u>

Assistência Social

1. Capacitação continuada de trabalhadores do SUAS para atendimento da população LGBT através da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da SEASDH/RJ articulada com gestores municipais da política de assistência Social.
2. Instituir campanhas de visibilidade e promoção dos serviços socioassistenciais à população LGBT, incluindo no calendário das secretarias de Assistência Social e Direitos Humanos as datas representativas deste segmento: Visibilidade Trans, Visibilidade Lésbica, e Combate à Homofobia.

3. Criar Comitês organizados contemplando a sociedade civil e o poder público para emponderar a população LGBT na construção de Políticas Públicas específicas e fomentar a criação dos Conselhos Municipais.
4. Implementar nos municípios as Diretorias de Direitos Humanos às Secretarias Municipais de Assistência Social e Direitos Humanos, com dotação orçamentária garantida no Plano Plurianual, visando o trabalho com os segmentos LGBT.
5. Implementar mais Centros de Referência e Promoção da Cidadania LGBT regionalizados sem prejuízo da atuação do CREAS em casos de LGBTs com vínculos familiares fragilizados e direitos violados entendendo que violência simbólica, violência institucional e falta de acesso a direitos também se configuram como violação de direitos.

Educação

1. Promover a capacitação e formação continuada no âmbito escolar, nos temas diversidade sexual e diversidade de gênero, juntamente com o conselho municipal de educação, rede de proteção ao adolescente (DEGASE) e conselho tutelar.
2. Inserir no calendário escolar, fóruns de discussão as temáticas de Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, com intuito de unir a comunidade em torno dessa discussão, promovendo debates e desenvolvendo sensibilidade sobre políticas públicas e cidadania LGBT em âmbito escolar. Criação da Semana da Diversidade Sexual na escola.
3. Inserir ensino religioso com conteúdo cultural na disciplina de História. Criação de um espaço ecumênico e retirada de todos os símbolos religiosos de seus espaços físicos para garantia do Estado Laico.
4. Confeccionar e oferecer nas escolas materiais e palestras que tratem da temática LGBT como forma de combater o preconceito e a discriminação.
5. Criação de cotas Universitárias voltadas para Travestis e Transexuais nos programas de extensão e iniciação científica, com respeito ao nome social.

Saúde

1. Capacitação dos profissionais das unidades de saúde para atendimento da população LGBT, principalmente com recorte de pessoas travestis, transexuais e transgêneros. Dando enfoque às questões de Gênero.
2. Desenvolver Campanha/Informativo voltado à população LGBT para os cuidados em saúde tendo a celebração do dia da saúde LGBT.
3. Implementar o atendimento regional em hormonioterapia, mudanças corporais (próteses de mama, glúteo, e todos os insumos necessários para realizar essas mudanças) e o acompanhamento da equipe multidisciplinar, independente do processo transgenitalização.
4. Implementar uma política de educação continuada e profissionalizante que possa inserir a população LGBT nos serviços de saúde, ampliando a capacidade de adesão de outras LGBTs aos tratamentos.
5. Implantar o protocolo de Profilaxia Pós Exposição Sexual em unidades de referência e serviços de saúde de emergência 24 horas.
6. Incentivar a criação de cursos de formação em saúde para discutir as questões de Gênero.

Segurança Pública

1. Garantir a presença de policial feminina para acompanhar e/ou revistar as transexuais e/ou travestis nas delegacias
2. Criação de Lei que garanta o atendimento de travestis e transexuais nas delegacias da Mulher.
3. Capacitação de 100% do efetivo de policiais CPM e Civil e Guarda Municipal para atendimento da população LGBTT.
4. Propor efetivo estímulo de encaminhamento da população LGBT atendida nas delegacias, aos programas sociais dos municípios: CREAS, CRAS e Secretarias de Assistência Social.

Sistema de Justiça

1. Criação do Conselho Municipal de Direitos da População LGBTT de caráter consultivo em todos os municípios do Médio Paraíba para garantir os direitos desses segmentos da população.
2. Criação de estratégias de Comunicação e Marketing adequadas à linguagem usada pelo segmento LGBTT, que alcancem a toda a população LGBTT à exemplo do "Carteirada do Bem" implantado recentemente pela ALERJ.
3. Capacitação dos sistemas de assistência social, educação e justiça de todas as instâncias quanto ao atendimento adequado da população LGBTT, com especial atenção ao segmento de travestis e transexuais.
4. Criação de Fóruns e ciclos de formação com a participação do segmento LGBTT, dos acadêmicos e servidores públicos das universidades para tratar da temática LGBTT.
5. Criação e Implementação dos órgãos formuladores de políticas públicas para a população LGBTT nos municípios do Médio Paraíba a fim de organizar e fortalecer a agenda de trabalho apropriada para atender as demandas desse segmento.
6. Criação de estratégias de formação educativa que divulguem e estimulem as questões pertinentes à temática LGBTT, no âmbito inter-religioso.

Trabalho e Renda

1. Criar um Grupo de Trabalho permanente, dentro das Secretarias de Trabalho e Renda para discutir a inclusão da população LGBT no mercado de trabalho.
2. Desenvolver política pública específica para travestis e transexuais, considerando a vulnerabilidade desta população no mercado de trabalho em parceira com as secretarias de Trabalho.
3. Incluir a população LGBT em políticas públicas de microcrédito já existentes. Apoiando o empreendorismo desta população.
4. Estimular a ampliação de campanhas de promoção da cidadania LGBT no mercado de trabalho.
5. Desenvolver políticas públicas de reconhecimento e valorização de empresas que incluam a população LGBT em seus quadros e promovam seu bem estar.

Regional IV – Costa Verde – Sede – Angra dos Reis

Assistência Social

1. Criação de Conselhos Municipais LGBT (Angra dos Reis, Mangaratiba, Paraty)
2. Qualificação dos profissionais das diferentes políticas (saúde, educação, esporte, lazer) para o reconhecimento do exercício da sexualidade e das expressões de gênero de adolescentes, jovens e idosos.
3. Criação de Centros de Referência da Cidadania LGBT da Região Costa Verde
4. Realização de Campanhas de sensibilização em relação aos direitos e cidadania LGBT
5. Alterar o regimento interno do conselho do Estado para garantir uma vaga para um representante por região
6. Capacitar os trabalhadores do SUAS sobre gênero e diversidade. Garantir apoio psicossocial aos pais com filhos LGBT através da rede intersetorial.

Saúde

1. Implantação do Programa de Saúde LGBT – a fim de garantir o acesso ao SUS por parte da população LGBT
2. Envolver ONGS e movimentos LGBT, Grupos nas Campanhas Municipais, Estaduais, e Federais de Prevenção à Aids e distribuição de preservativos.
3. Criação de Centros de Testagem e Acolhimento para HIV/Aids

Educação

1. Criação do Trans Formação – Pré vestibular comunitário com objetivo de preparar travestis e transexuais para o exame nacional do ensino médio visando o ingresso em universidades públicas
2. Implementar e ampliar ações de sensibilização da comunidade escolar, civil e da assistência para compreensão das ações de bullying/ violência (discriminação, agressão física, verbal, e qualquer outra forma de constrangimento) alunos LGBT, notificando os dados de violência contra essa população.
3. Conscientiza Angra dos Reis – Criar campanha socioeducativa para os alunos da rede pública do Município de Angra dos Reis com o intuito de conscientizar e sensibilizar os membros da sociedade desde sua formação escolar sobre o tamanho do dano causado pela homofobia ou qualquer tipo de discriminação. O debate deverá contar com psicólogos assistentes sociais, pais e mãe e até mesmos líderes religiosos.

Trabalho e Renda

1. Criação de Cursos profissionalizantes, nas esferas municipais estaduais e federais através da secretaria de trabalho e renda para a população LGBT, d acordo com a vocação regional, mediante levantamento de diagnóstico das especificidades, para travestis e transexuais, realizadas em parceria com profissionais da área de serviço social.

Cultura

1. Criar atividades LGBT no Calendário Cultural da Região Costa Verde

<u>Regional V – Baixadas Litorâneas – Sede - Cabo Frio</u>

Assistência Social

1. Criação do Centro de Referência de atendimento à população LGBT da Baixada Litorânea, com sede em Cabo Frio ou municípios vizinhos.
2. Buscar parcerias com universidades da baixada litorânea para que profissionais de Serviço Social realizem levantamento do quantitativo de LGBT existente na Baixada Litorânea com objetivo de elaborar Política Pública para LGBT.
3. Realizar capacitação para sensibilizar profissionais da assistência social para orientar a população LGBT sobre seus direitos.
4. Realizar campanhas publicitárias para divulgação dos serviços de atendimento às travestis e transexuais, mais especificamente no Centro Especializado de atendimento à mulher.
5. Criação de Conselhos Municipais de Direitos da População LGBT de todos os municípios da Baixada Litorânea.

Saúde

1. Revogação da portaria do Ministério da Saúde que proíbe homossexuais de doarem sangue.
2. Interiorização do Programa de Hormonioterapia para travestis e transexuais, descentralizando também ao atendimento para pessoas com comorbidades decorrentes do uso de silicone industrial.
3. Capacitação e sensibilização dos profissionais de saúde que atendem a população LGBT em serviços de doação de sangue.
4. Fortalecer programas que atuem com saúde e orientação sexual nas escolas ampliando em veículos de comunicação em massa, campanhas de saúde e educação sexual nas escolas.
5. Qualificar o sistema de testagem de HIV/Aids e HPV, garantindo aporte profissional adequado ao acolhimento em caso de sorologia positiva com sensibilidade à saúde da lésbica, mulheres bissexuais e transexuais, garantindo também convênio para preservativo específico para lésbicas (sainha) e aumentar a distribuição de preservativos feminino via dispensatórios.

Segurança Pública

1. Elaboração de materiais informativos e didáticos sobre a cidadania LGBT, legislação, acesso à justiça, segurança e prevenção da violência, direitos e deveres, com visibilidade das penas cabíveis a atos criminosos praticados contra a população, para distribuição e conscientização da população LGBT e sociedade geral.
2. Atualização dos cadastros dos policiais militares e civis para identificação em casos de violência e abuso de autoridade. Criação de relatórios anuais de conclusão dos

processos administrativos, com as devidas punições aplicadas aos membros da corporação de policiais civis e militares, que praticaram crimes homofóbicos e transfóbicos.
3. Capacitação continuada de 100% da Polícia Militar, em especial, a 2ª Companhia lotada em São Pedro da Aldeia, Polícia Civil, e Conselho Tutelar para abordagem, tratamento e acolhimento da população LGBT.
4. Implementação de núcleo de investigação de crimes de homofobia, lesbofobia e transfobia na região da Baixada Litorânea.
5. Criar protocolo para notificação ao ministério público de cada registro de causa presumida de crime de homofobia, lesbofobia e transfobia, a fim de evitar a improcedência e impunidade desses crimes.

Trabalho e Renda

1. Garantir o acesso da população LGBT em especial da população de transexuais e travestis ao mercado formal de trabalho, através de nivelamento educacional e capacitação profissional oferecida pelos municípios.
2. Realizar oficinas e capacitações de empresas privadas sensibilizando e conscientizando para a importância de acolher a diversidade e fomentar oportunidades de trabalho para a população LGBT.
3. Criar programa de cotas e incentivo fiscal para empresas que empregam a população de travestis e transexuais.
4. Incentivar o empreendorismo da população LGBT e o acesso ao microcrédito, oferecendo capacitações sobre gestão de negócio e educação financeira para a população LGBT.

Cultura

1. Capacitação para guias de turismo para melhor atendimento da população LGBT realizada pelo Programa Rio sem Homofobia em parceria com as Secretarias Municipais de Turismo.
2. Implementar apoio e incentivo à premiações que valorizem membros e artistas do segmento LGBT tais como: Miss Gay região dos Lagos, Prêmio Aldeia Diversidade, Prêmio Sou + Diversidade, Freedom Cine Fest, Prêmio Rainha do Carnaval Região dos Lagos – Lésbica e Transexuais entre outros.
3. Criação de editais para realização da Parada do Orgulho LGBT, eventos culturais, festas tradicionais e mostras da cultura da diversidade LGBT.
4. Criar diretrizes para o fundo municipal de cultura abranger a temática LGBT como um dos critérios para o repasse de recursos, não inferior a 10%.
5. Formação de cultura LGBT através da capacitação e formação artística cultural dos atores sociais LGBT por intermédio de cursos, oficinas e exposições.

Educação

1. Garantir o nome social no espaço escolar, conforme a portaria nº 1612/2012 do MEC.
2. Garantir a formação continuada para educadores e demais profissionais da escola (merendeiras, porteiros, serviços gerais, entre outros). Abordando temas como sexualidade, identidade de gênero, homofobia, lesbofobia e transfobia.
3. Implementação de Palestras e Ações que valorizem a história, sociedade e cultura LGBT no âmbito educacional dos municípios da Baixada Litorânea.

Regional VI – Metropolitana I – Sede - Rio de Janeiro

Assistência Social

1. Criação de equipamento de acolhimento institucional para a população LGBT que respeite e garanta a identidade de gênero e orientação sexual assim como um atendimento humanizado com a participação de usuários no plano individual de atendimento, com previsão orçamentária e equipe capacitada.
2. Inclusão da população LGBT como prioritária nas políticas públicas de assistência social priorizando o reconhecimento das diferentes formas de famílias e a garantia do reconhecimento do direito ao uso do nome social.
3. Ampliar o cadastro da população LGBT nos programas e projetos sociais da Política de Assistência Social através do CAD único a partir da busca ativa e atendimento nos equipamentos de assistência social da prefeitura.
4. Capacitação continuada e permanente dos profissionais da Política de Assistência Social relativa à sexualidade, gênero, e direitos humanos com a revitalização e valorização dos recursos humano existentes e ampliação deste corpo garantido concurso público estatutário para tal.
5. Ampliação dos espaços de mobilização e potencialização da participação da população LGBT moradora de rua priorizando as travestis e transexuais para a participação efetiva nos espaços deliberativos.
6. Disponibilização de maior tempo para a discussão dos grupos de trabalho das conferências regionais LGBT com redução das falas dos palestrantes e autoridades.
7. Proposta avulsa: Criação de Grupo de Estudo sobre Orçamento Público Municipal visando à capacitação de agentes públicos e da sociedade civil voltado para os Direitos Humanos.

Educação

1. Criação de Programas de Formação para profissionais de educação e demais profissionais da escola e fede de proteção, garantindo a sensibilização de no mínimo 75% dos gestores públicos e 50% dos CPS em ações de formação de serviços de 80 horas. Para a garantia dessas ações sevem ser criados instrumentos de acompanhamento, avaliação e monitoramento pela SME comparticipação da sociedade civil.
2. Inclusão no currículo da educação infantil e ensino fundamental, sendo contemplados pela EJS e Educação especial, a temática da cidadania LGBTT, garantindo a adequação dos materiais didáticos e audiovisuais para estes níveis de ensino. Solicitar a MultRio a produção de material sobre orientação sexual e identidade de gênero.
3. Estender as discussões sobre gênero e sexualidade à comunidade escolar como um todo e à sociedade civil, a fim de aumentar a aceitação da abordagem destes temas em sala de aula, na educação infantil e ensino fundamental, através de palestras, cursos, entre outras ações realizadas principalmente dentro do espaço escolar.
4. Realizar mapeamento pela secretaria de educação da população LGBT com ênfase em travestis, transexuais, e transgêneros nas escolas municipais do Rio de Janeiro para implantação de políticas públicas específicas para esse segmento.
5. Reconhecimento e efetivação da identidade de gênero de estudantes e professores e demais profissionais da escola, uso do nome social e banheiro conforme resolução de janeiro de 2015 da secretaria de direitos humanos e decreto municipal 33.816 de 18 de maio de 2011.

Saúde

1. Realização de Oficinas permanentes de saúde e gênero para profissionais da rede pública de saúde, promovidas pela Coordenadoria de Diversidade Sexual (CEDS) sobre tratamentos específicos da população LGBT, acompanhamentos na área de saúde, direitos das diversidades de sexualidade e gênero. Essas oficinas ministradas tendo como protagonistas representantes dos segmentos LGBT especialmente travestis e transexuais.
2. Inserção obrigatória do campo "Nome Social" em todos os formulários de identificação da SMS. Garantir que no caso de internação de pessoas travestis e transexuais a decisão de qual ala hospitalar (masculina ou feminina) a pessoa deseja ficar seja respeitada.
3. Garantir a ampliação de vagas para modificação corporal de pessoas transexuais e travestis.
4. Criação de Centro de Referência para atendimento de travestis e transexuais com sérvios de endocrinologia para realização de hormônioterapia.

Trabalho e Renda

1. Criação do Programa municipal de trabalho e renda para população LGBT com foco de ações no empreendorismo tendo como prioridade pessoas travestis e transexuais.
2. Desenvolvimento de programas de treinamentos em parcerias com organizações da sociedade civil para empresas privadas e terceirizadas da prefeitura visando aumento da empregabilidade de pessoas travestis e transexuais
3. Que a Coordenadoria de Diversidade Sexual (CEDS) articule uma parceria junto com os sindicatos em especial SECRJ para inclusão nos acordos coletivos os benefícios para a população LGBT.
4. Garantir nos próximos concursos públicos de âmbito municipal a reserva de vagas efetivas e qualificadas para travestis e transexuais e a reserva de vagas em seus contratos de trabalho temporário com empresas prestadoras de serviço com as mesmas regras.
5. Criar nas escolas municipais um Programa de Formação e Capacitação da população LGBT voltado para a conclusão da escolaridade, visando a empregabilidade.

Habitação

1. Inclusão e priorização da população LGBT na política de habitação popular com o reconhecimento das diferentes formas de família garantindo destinação orçamentária e equipe especializada.
2. Ampliar cadastro das pessoas LGBT nos programas e projeto no âmbito da Política de Habitação através do CAD único a partir da busca ativa e atendimento nos equipamentos públicos.

Ordem Pública e Segurança

1. Criação de setor permanente no âmbito da Guarda Municipal Rio (GM-Rio) para acolhimento de denúncias de casos de discriminação por orientação sexual, e identidade de gênero bem como, criação de protocolos específicos para abordagem de pessoas LGBTs e cuidados permanentes ao servidor GM - Rio à sua família. Garantir encaminhamento aos setores e órgãos afins tais como CEDS, Rio sem Homofobia,

Defensoria Pública e outros, assim como também a inclusão dessa temática no curso de formação.
2. Criação da Campanha permanente contra a violência policial.
3. Capacitação mais ampla sobre humanização na GM-Rio.

Cultura

1. Abertura de editais para a utilização de espaços públicos com o objetivo informativo LGBT, com apresentações culturais (peças de teatro, bandas de música e dança).
2. Abertura de Edital voltado para todos os movimentos LGBT, movimento negro e movimento feminino para realização de Festival que agregará todas as formas de linguagem artística cultural, associada a tecnologia de vídeo mapping. Realizado em áreas públicas, com projeção em obras arquitetônicas, chamando a atenção para a causa LGBT.
3. Criação de Centro de Cultura LGBT para promoção, divulgação e implantação das artes da cultura LGBT. Sendo este acolhedor e fomentador de editais culturais para incentivar a crítica e a reflexão sobre a estética e produção artística da comunidade LGBT carioca.
4. Criação de Editais Públicos para gestão cultural com objetivo de capacitação de novos gestores, incentivas a produção de peças de teatro, criação de polos de cultura LGBT, criação de temporada de espaços destinado s um público LGBT
5. Capacitação de gestores púbicos da área da cultura e de gestores de instituições culturais sobre o combate ao preconceito e a temática LGBT. Inclusão nas ações culturais atividades dessa temática. Orientar os serviços terceirizados das instituições culturais sobre como lidar com as situações de preconceito, discriminação e violência contra a população LGBT.

Legislação, Advocacy Justiça e Cidadania LGBT

1. Criação de Grupos de Trabalho que tratem das demandas LGBT nas Secretarias Municipais do Rio de Janeiro
2. Criação de Fomento às instituições de política de apoio para organizações LGBT dentro das favelas do município do Rio de Janeiro.
3. Criação por lei de Programa Social para reinserção social da pessoa LGBT em vulnerabilidade, devido à lésbofobia, transfobia, e homofobia no município do Rio de Janeiro.
4. Criação de reservas de vagas para as pessoas transexuais nos concursos públicos estatutários no município do Rio de Janeiro.

Esporte e Lazer

1. Realização da Campanha Rio sem Preconceito nas Vilas Olímpicas e Olimpíadas.
2. Realização da Meia Maratona para LGBT e simpatizantes no aterro do Flamengo até Copacabana incluindo confraternização promovida pela Secretaria de Turismo com atividades culturais, capoeira, corrida, ciclismo e esporte e lazer de modo geral.

Mídia, Comunicação e Redes sociais

1. Criar verba orçamentária destinada à pesquisa e levantamento de dados para a criação de um espaço de memória LGBT que crie uma ponte entre novas e antigas gerações de luta por direitos civis.

2. Elaboração de Cartilha de Direitos Civis e Cidadania LGBT em parceria com poder público, sociedade civil e novos coletivos de militância para distribuição em festas, eventos, bares, boates e locais de frequência LGBT. Cartilha em formato digital e impresso, com linguagem coloquial e inovadora para se aproximar de diferentes públicos. Dentre as linguagens: aplicativos (APP), website, HQ, entre outros.
3. Realização de Seminário de Comunicação LGBT com enfoque em profissionais de mídia impressa, televisão e digital. Com temas sobre a identidade de gênero e cidadania LGBT.

Regional VII – Metropolitana II – Sede – Niterói

Assistência Social

1. Capacitação de funcionários de todos os equipamentos da Secretaria de Assistência Social em relação ao público LGBT (gênero, sexualidade e direitos humanos)
2. Garantir percentual financeiro para assistência social. Garantir mínimo de 5% de investimento para a política municipal d assistência social.
3. Garantir acesso da população LGBT aos serviços de assistência social, respeitando a expressão de gênero de travestis e transexuais em todos os âmbitos como por exemplo: uso de banheiro, nome social e acolhimento institucional de acordo com gênero. Normatizar a utilização do nome social nos equipamentos da assistência social seja no tratamento ou mesmo nos formulários de preenchimento.
4. Inclusão e reconhecimento da família homoparental e transparental nos programas de assistência social
5. Garantir política de acolhimento para jovens LGBT expulsos de casa e/ou que sofreram, violência doméstica, psicológica, de gênero etc. Fortalecer os trabalhos dos serviços de fortalecimento de vínculo dos equipamentos de baixa, média e alta complexidade no âmbito da política da assistência social.

Saúde

1. Implantar ambulatórios para atendimento em nível básico e especializado (saúde mental, endocrinologia, ginecologia, urologia, etc) de pessoas travestis, transexuais e trangêneros, com profissionais qualificados para o atendimento dessa população frisando o respeito ao nome social, aos pronomes e ao gênero preferido. Promover a despatologização das identidades trans, levando o debate a nível transnacional (Conselho Mundial de Saúde). Retirada do transexualismo do código internacional de doenças (CID-10: F64.0).
2. Implantar o Programa de saúde integrada para mulheres lésbicas e bissexuais e homens trans através de campanhas de sensibilização dos futuros profissionais de saúde em relação às questões inerentes às particularidades de orientações sexuais e identidades de gênero não normativas, como também para a conscientização das particularidades físicas, fisiológicas e médicas de homens trans que passam pelo processo de hormonização com testosterona com o foco de incentivar a pesquisa acadêmica nessa área específica.
3. Lançar campanhas de prevenção de DST voltadas para população LGBT através de campanhas educativas/informativas.
4. Capacitar profissionais de saúde e acadêmicos de medicina em orientação sexual, identidade de gênero, DST e saúde mental com foco na livre identidade de gênero.

5. Garantir que não haja interrupção no fornecimento de medicamentos específicos para o controle de patologias oportunistas em HIV/Aids
6. Realizar campanha de promoção de direitos e cuidados da saúde integral dirigida à população com foco nos direitos da população LGBT e no combate a homofobia, lesbofobia e transfobia.
7. Incentivar pesquisas e produção de conhecimento sobre saúde da população LGBT e prevenção de DST/HIV/Aids com divulgação de material informativo incluindo a Profilaxia Pré Exposição (PREP) e Profilaxia Pós Exposição (PEP). Incentivar a realização de exames de colonoscopia e papanicolau.

Trabalho e Renda

1 – Economia Solidaria LGBT par a Liberdade - Criação de Cursos preparatórios de capacitação e qualificação profissionais vinculados às entidades de militâncias LGBT, universidades e movimentos sociais em parcerias com os governos empresas e programas de políticas LGBT.

2. Incentivar programas voltados ao esporte em parcerias com ONGS LGBT contemplando as regiões fora do eixo capital.

3. Tornar efetivo o programa de incentivo a educação voltado para Travestis e Transexuais par que tendo acesso às universidades como o ENEM, PRONATEC. Como por exemplo: o projeto já estruturado como o PREPARAENEM da transcidadania.

4. Incentivo de 20% de desconto no Imposto de Renda para as empresas que possuírem no mínimo de 5% de transgêneros e travestis no quadro funcional.

5. Criar projetos e programas em parceria com ONG do segmento LGBT voltados para a qualificação dos LGBTs, incluindo cursos técnicos profissionalizantes.

Segurança Pública

1. Promover mapeamento dos principais pontos de onde ocorram crimes de intolerância junto às guardas municipais, buscando apoio junto aos centros de referência LGBT e aos órgãos estaduais, tornando público nas conferências LGBTs.
2. Garantir a segurança de profissionais do sexo durante o exercício da função, por meio de ações do apoio junto às Guardas Municipais e polícias.
3. Garantir a segurança da população LGBT nos espaços públicos e provados de cultura e de lazer e de visibilidade a exemplo das paradas do orgulho LGBT.
4. Promover instrumentos de denúncia e incentivo ao registro de boletim de ocorrências de toda e qualquer atitude de violência física ou psicológica e discriminação.
5. Aumento de contingente policial (PM) nas cidades da regional com a devida capacitação para a população LGBT, com uniforme que garanta a identificação, a patente e cargo, para a fiscalização e coibição de abusos policiais.

Educação

1. Incluir e regulamentar a utilização do nome social nos registros escolares da rede municipal e respeitar o uso de banheiros e uniformes conforme sua identidade ou gênero independente do registro civil da pessoa conforme determina a resolução de 16 de janeiro de 2015 do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bisexuais, Travestis e Transexuais da Secretaria de Direitos Humanos e demais espaços divididos por gênero.

2. Promoção de sensibilização e formação continuada com incentivo dos profissionais d educação sobre diversidade sexual e cidadania LGBT, estendendo-se para a comunidade escolar.
3. Formular programas de mediação de conflitos que envolva educadores, alunos, mães e responsáveis em comunidade como estratégia de combate a violência escolar, principalmente aquela motivada por preconceito em relação à orientação sexual e de gênero.
4. Garantir a presença de livros com temática LGBT no acervo das bibliotecas municipais e das escolas públicas municipais. Disponibilizar também o levantamento dos livros para instituições privadas de ensino, incentivo sua adoção nestes espaços.
5. Garantir a laicidade do ensino, reforçando a pluralidade das religiões, bem como o direito a não ter uma religião definida, em todos os âmbitos educativos públicos, seja no conteúdo de ensino e nas dependências físicas das unidades.

Cultura

1. Fomentar ações voltadas para difusão da cultura LGBT e de manifestações culturais e artísticas LGBT durante os grandes eventos oficiais.
2. Criar chamadas públicas para a realização nos equipamentos culturais existentes de eventos publicações e manifestações artísticas e culturais que tratem da cultura LGBT que promovam a conscientização, valorização, preservação e difusão desta e que os existentes já englobem a temática LGBT.
3. Resgatar a história do movimento LGBT, tendo como material final a publicação e divulgação para a população das cidades.
4. Incentivar projetos de proteção e promoção da cultura LGBT que contemplem atividades, eventos e /ou apresentações públicas que favoreçam o reconhecimento de manifestações culturais LGBT, que valorizem a diversidade cultural e favoreçam condições de continuidade, promoção do conhecimento e do reconhecimento da importância dessa cultura no processo de enfrentamento ao preconceito e a discriminação no sentido de potencializadas e fomentadas no processo de construção da sociedade.
5. Garantir financiamento para a Realização de todas as Paradas LGBT do Estado através de editais descentralizando os recursos.

<u>Regional VIII – Baixada I – Sede - Duque de Caxias</u>

Educação

1. Criação de um Fórum Intersetorial Permanente de Discussão sobre inclusão da temática LGBT em Educação. Formado por representantes das Secretarias Municipais de educação da Baixada Fluminense e das redes municipais de educação, movimentos sociais LGBT e universidades. Fórum de caráter permanente com formação continuada de profissionais da educação.
2. Garantir por meio de políticas adequadas o acesso o acesso e a permanência de travestis, transexuais e transgêneros na escola, respeitando-se a identidade de gênero (nome social, uso do banheiro, etc)
3. Garantir por meio de políticas adequadas e o acesso e a permanência da população LGBT na escola, respeitando-se a identidade de gênero.
4. Sensibilização e Capacitação de famílias, comunidade e funcionários das escolas quanto às temáticas LGBT

5. Inclusão do dia 17/05, como dia internacional de combate à homofobia (eixo nos Direitos Humanos) no calendário escolar/municipal.

Assistência Social

1. Criação de Superintendência, Coordenadorias e Conselho Municipal LGBT
2. Capacitação dos trabalhadores do SUAS visando o desenvolvimento de trabalhos específicos para a população LGBT
3. Criação de Casas de Apoio e abrigo municipal para a população LGBT com equipe multidisciplinar.

Saúde

1. Capacitação Permanente aos profissionais de saúde
2. Criação de um espaço de convivência para linha de cuidados da população Travestis e Trans na saúde.
3. Criação de material informativo atualizado sobre saúde/ direitos em parceria com ONGs fomentando a atualização dos canais de denúncia nos casos de discriminação homofóbica
4. Fiscalização permanente do Município na qualidade dos serviços prestados de saúde e garantir também a participação dos conselhos como órgão fiscalizador e dos movimentos sociais.
5. Garantia de inclusão da identidade de gênero nos prontuários e fichas de atendimentos no SUS

Sistema de Justiça e Participação Social

1. Capacitar os defensores públicos locais no tema especializado em LGBTI, a fim de ampliar o acesso às questões jurídicas através dos NUDIVERSIS
2. Implementação de Fóruns populares permanentes de Conselhos Municipais LGBT a fim de fomentar e ampliar as políticas públicas para o segmento LGBT
3. Cumprimento do Decreto Estadual 43.065/11
4. Capacitação continuada e permanente aos órgãos públicos (CREAS, CRASS, abrigos, conselhos tutelares e outros) sobre a política de atendimento da população LGBT.

Segurança Pública

1. Garantir um acento permanente do segmento LGBT nos conselhos municipais de segurança pública
2. Promover a capacitação continuada em Direitos Humanos e Cidadania LGBT para agentes de segurança pública (guarda municipal), no atendimento à população LGBT.
3. Promover estratégias de prevenção à violência às travestis e transexuais em seus espaços de trabalho.

<u>Regional IX – Baixada II - Sede - Nova Iguaçu</u>

Saúde

1. Inserção e Capacitação de psicólogos nas clínicas da Família para fazer atendimento domiciliar à família de LGBTs para evitar o preconceito dentro de casa.

2. Inclusão permanente dos profissionais de psicologia e assistência social em horário integral em todos os serviços de atendimento da rede pública de saúde.

Educação

1. Garantir a inclusão e permanência do público LGBT nas instituições educacionais através de bolsas de estudos
2. Criação de Redes de Construção e Integração na formação escolar para população de Transexuais e Travestis

Assistência Social

1. Humanização do abrigamento para a população LGBT da terceira idade e de rua, respeitando suas especificidades no que tange a sua orientação sexual e de gênero.
2. Criação de um projeto a nível municipal para qualificação do público de transexuais e travestis no molde do projeto Damas.

Trabalho e Renda

1. Criação de um Plano Municipal de Capacitação para o mercado de trabalho com foco na população LGBT num eixo tripartite – envolvendo governos, empregados e postulantes a empregados. Focando também na geração de renda para além do mercado formal utilizando o MEI- SEBRAE. Com o viés no recorte de arranjo produtivo e vocação dos municípios.
2. Criação de ferramentas de incentivos e/ou premiação de empresas que contratem LGBTs, como por exemplo: redução de impostos, encargos e etc...

Segurança Pública

1 – Garantir a capacitação dos profissionais nas áreas de educação, saúde, segurança pública, assistência social e conselhos tutelares para atendimento da população LGBT através de formação continuada desses profissionais.
2 – Criação e implementação imediata do Centro de Referência LGBT Baixada II.
3. Criação e implementação imediata dos Conselhos Municipais LGBTs dos municípios da regional IX.
4. Garantir rubricas específicas para Políticas Públicas voltadas para população LGBT.

Etapa Estadual da III Conferência Estadual de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT ocorreu nos dias 18,19 e 20 de março de 2016 na OAB-RJ e na FESUDEPERJ/DPGE-RJ, composta por cerca de 280 participantes.

PROGRAMAÇÃO

1º Dia – 18/03 (Sexta-Feira): Credenciamento, Plenária Inicial e Cerimônia de Abertura

- **13h00 – 19h00 –** ***Credenciamento de participantes*** *(Local: Hall do Auditório do 9º andar da OAB-RJ)*

- **15h00 – 16h30 –** ***Plenária Inicial – Aprovação Regulamento*** *(Auditório do 4º andar da OAB-RJ)*

- **16h30 – 18h00–** ***Cerimônia de Abertura da 3ª Conferência Estadual*** *(Auditório do 9º andar da OAB-RJ)*
- Autoridades e convidados

2º Dia – 19/03 (Sábado): Mesas Redondas e Grupos de Trabalho

- **08h00 – 12h** *– Continuidade do Credenciamento de participantes (Local: Hall do Auditório do 9º andar da OAB-RJ)*
- **08h00 – 09h00** *– Café da Manhã – OAB-RJ / Hall do 9º andar*
- **09h00 – 10h45** *– Mesas Redondas –* Respostas públicas e comunitárias para o enfrentamento da discriminação e violência e promoção da cidadania LGBT *(O participante deverá fazer a opção no credenciamento por uma das mesas-redondas neste horário)*

5 Mesas Redondas:

Segurança Pública Garantia de Direitos e Promoção da Cidadania LGBT	DPGE-RJ	Sala 1
2. Política de Cultura LGBT: da Afirmação da Identidade, Resistência e Diversidade Cultural	OAB-RJ	Auditório 4º andar
3. Assistência Social: ações afirmativas para a inclusão da população LGBT	DPGE-RJ	Auditório 2º andar
4. Políticas de ressocialização da população carcerária LGBT	OAB-RJ	Auditório 9º andar
5. Políticas de trabalho, emprego e renda para a população LGBT: desafios no mundo do trabalho	OAB-RJ	Sala 1

- **10h45– 12h30 –** ***Mesas Redondas*** **– Respostas públicas e comunitárias para o enfrentamento da discriminação e violência e promoção da cidadania LGBT** *(O participante deverá fazer a opção no credenciamento por uma das mesas-redondas neste horário)*

5 Mesas Redondas

6 - Legislação e Justiça: desafios para a promoção da laicidade do Estado e para a cidadania LGBT	OAB-RJ	Auditório 4º andar
7 - Caminhos para a construção de uma Escola sem discriminação por orientação sexual e identidade de gênero	DPGE-RJ	Sala 1
8 - LGBT: da universalização à focalização das Políticas de Saúde	DPGE-RJ	Auditório 2º andar
9 - Turismo, Esporte e Lazer: inclusão da população LGBT e qualificação dos serviços	OAB-RJ	Sala 1
10 - Serviços de atendimento à população LGBT, avanços, desafios e perspectivas.	OAB-RJ	Auditório 9º andar

- **12h30 – 14h45 –** ***Almoço***
  1º Grupo – *12h30 as 13h15*
  2º Grupo – *13h15 as 14h00*
  3º Grupo – *14h00 as 14h45*

- **14h45 – 15h** – *Orientação para os Grupos (OAB - auditório 9º andar)*
- **15h00 – 17h15 –** ***Grupos de Trabalho – Propostas de âmbito Estadual***
  (O participante deverá fazer a opção no credenciamento por um dos 12 grupos temáticos)

12 Grupos de Trabalho Estadual		
GTE 1 – Assistência Social	DPGE-RJ	Sala 4
GTE 2 - Educação	DPGE-RJ	Sala 1
GTE 3 - Cultura	OAB-RJ	Sala 1
GTE 4 - Saúde	DPGE-RJ	Auditório 2º andar
GTE 5 - Segurança	OAB-RJ	Auditório 4º andar
GTE 6 - Turismo	OAB-RJ	Auditório 4º andar (menor)
GTE 7 – Esporte e Lazer	OAB-RJ	Sala 2
GTE 8 – Sistema Penitenciário	OAB-RJ	Auditório 9º andar
GTE 9 – Trabalho, Emprego e Renda	OAB-RJ	Sala 4
GTE 10 – Legislação e Justiça: Advocacy, Laicidade e Cidadania LGBT	OAB-RJ	Sala 3
GTE 11-Mídia, Comunicação, Ciência e Tecnologia	OAB-RJ	Auditório 9º andar
GTE 12 - Serviços de atendimento à população LGBT do RJ	OAB-RJ	Sala 5

- **17h00 –** ***Cofee Break***
- **17h15 – 19h30 –** ***Grupos de Trabalho – Propostas de âmbito Federal***
  (O participante deverá fazer a opção no credenciamento por um dos 12 grupos temáticos)

12 Grupos de Trabalho Federal		
GTF 1 – Assistência Social	DPGE-RJ	Sala 4
GTF 2 - Educação	DPGE-RJ	Sala 1
GTF 3 - Cultura	OAB-RJ	Sala 1
GTF 4 - Saúde	DPGE-RJ	Auditório 2º andar
GTF 5 - Segurança	OAB-RJ	Auditório 4º andar
GTF 6 - Turismo	OAB-RJ	Auditório 4º andar (menor)
GTF 7 – Esporte e Lazer	OAB-RJ	Sala 2
GTE 8 – Sistema Penitenciário	OAB-RJ	Auditório 9º andar

GTF 9 – Trabalho, Emprego e Renda	OAB-RJ	Sala 4
GTF 10 – Legislação e Justiça: Advocacy, Laicidade e Cidadania LGBT	OAB-RJ	Sala 3
GTF 11-Mídia, Comunicação, Ciência e Tecnologia	OAB-RJ	Auditório 9º andar
GTF 12 - Serviços de atendimento à população LGBT do RJ	OAB-RJ	Sala 5

- **18h00 –** ***Prazo máximo para entrega de Moções – DPGE-RJ Sala 1 (Conforme Regimento Interno)***

3º Dia – 20/03 (Domingo): plenária final

- **08h00 – 09h00 –** ***Café da Manhã – DPGE-RJ***
- **08h30 – 10h00 -** Reuniões Regionais.

Região	**Local**
Macaé, Médio Paraíba e Baixada II	Auditório
Metropolitana e Costa Verde	Sala 01
Baixada I e Baixadas Litorâneas	Sala 02
Niterói e Serrana	Cantina

- **10h00 –** Entrega, na Secretaria da III Conferencia de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, da relação de cada regional dos nomes das candidatas/os indicadas/os para a Delegação Nacional

- **10h00 – 12h30** – Plenária Final - Parte 1 - *Aprovação de Propostas de âmbito Estadual – Auditório DPGE-RJ*

- **12h30 – 14h45 –** ***Almoço***
  1º Grupo – *12h30 as 13h15*
  2º Grupo – *13h15 as 14h00*
  3º Grupo – *14h00 as 14h45*

- **14h45 – 16h00** – Plenária Final – Parte 3 - *Continuação da Aprovação de Propostas de âmbito Federal – Auditório DPGE-RJ*

- **16h00 – 16h30** – Plenária Final – Parte 4 - Aprovação de Moções – Auditório *DPGE-RJ*

- **16h30 – 17h30** – Plenária Final – Parte 5 – Apresentação e validação das indicações de cada Regional para compor a Delegação do Estado do Rio de Janeiro para a *III Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT (Conforme Regimento e Regulamento Internos)– Auditório DPGE-RJ*
  ►*Sociedade Civil*
  ►*Poder Público*

- **17h30 – 18h00 - Cerimônia de Encerramento da III Conferência Estadual LGBT - RJ**

Propostas Aprovadas na III Conferência Estadual de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT

ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Assinatura de termo de compromisso - Que o Estado deve estabelecer assinatura de termo de compromisso com os municípios para o desenvolvimento de coordenadoria e superintendências de diversidade sexual e identidade de gêneros e criação de conselhos LGBT.

2. Capacitação - A secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos deve capacitar e formar de maneira continuada gestores e trabalhadores do SUAS (municipais e estaduais), assim como das outras políticas setoriais lideranças comunitárias e sociedade civil organizada sobre: sexualidade , gênero, direitos humanos, direitos do público LGBT com recorte étnico racial, geracional e pessoa com deficiência com a revitalização e valorização dos recursos humanos existentes e ampliação do corpo técnico garantindo concurso público estatutário, formando agentes multiplicadores da temática LGBT. Para garantia dessa proposta é necessário e campanhas de divulgação dos serviços de atendimento à população LGBT promovam a busca ativa desta.

3. Acesso da população lgbt aos serviços de assistência LGBT - Criação de normativa estadual para garantia e acesso da população LGBT aos Serviços de Assistência Social, respeitando a expressão de gênero de travestis e transexuais em todos os âmbitos como, por exemplo, uso de banheiros, nome social e acolhimento institucional de acordo com o gênero e identidade.

4. Acolhimento institucional - Garantir Política de acolhimento institucional em parceria com os municípios, regionalizado para adolescentes e jovens expulsos de casa e/ou que sofreram violências domésticas e dentro da família com equipe multidisciplinar capacitada para o atendimento a esta temática, bem como acolhimento institucional humanizado para a população LGBT da terceira idade e em situação de rua que demandem esse serviço respeitando a expressão de gênero de travestis e transexuais, uso do banheiro e nome social de acordo com o gênero considerando também a convivência familiar e comunitária, as especificidades étnicos/raciais e a acessibilidade.

5. Ampliação dos centros de cidadania LGBT - Reforçar e ampliar prioritariamente por concurso público, respeitando as leis de cotas, e com comprovação de títulos em gênero, sexualidade e direitos humanos, os centros de cidadania LGBT já existentes assim como criar e implementar esses serviços para cada região do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo da atuação dos CREAS, de modo que o trabalho e o atendimento à população LGBT ocorra de forma intersetorial e interinstitucional como toda a rede de serviços sócio assistenciais fortalecendo a atuação não só dos CREAS como também dos CRASS.

EDUCAÇÃO

1. Orçamento e recursos financeiros (FAPERJ, SEERJ, UERJ, UEZO, UENF, SUPERDH)
Criar linha de financiamento para o fomento de editais de pesquisa via FAPERJ, para a realização de pesquisas, produção de materiais didáticos e paradidáticos e formação continuada de profissionais da educação abordando as temáticas de gêneros e sexualidade.

2. Respeito a temática LGBT, uso de nome social e inclusão das pessoas travesti e transexual na escola - Garantir o orçamento e recursos necessários através do Governo do Estado para a confecção de materiais didáticos e paradidáticos para inclusão de educação em Direitos Humanos nos projetos políticos pedagógicos das escolas, adotando as práticas e as temáticas relativas a população LGBT, gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, pessoas com deficiências, entre outros; bem como incluir e regulamentar a utilização e respeito ao uso do nome social das pessoas travesti e transexuais na rede de ensino, bem como respeito ao uso dos uniformes, banheiro e demais espaços segregados por gênero, independente do registro civil da pessoa, conforme determina a resolução de 16 de janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos e a implementação de um banheiro de uso individual, misto, além dos já existentes para os alunos.

3. Criação de um Fórum Estadual Intersetorial Permanente de discussão sobre inclusão da temática LGBT em educação formado por representantes das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, Redes Municipais de Educação, Movimentos Sociais LGBT, Universidades e União dos Gestores de Educação.
Fórum de caráter permanente com a finalidade, dentre outras, de promover a criação de fórum municipal e encaminhar propostas aos Conselhos Municipais de Educação e de Direitos Humanos e Órgãos Legislativos para a formulação de Leis em prol da Comunidade LGBT. E, ainda acompanhar junto com o Conselho Estadual LGBT a implementação das ações propostas na III Conferência Estadual LGBT.

4. Formação de profissionais da educação das redes municipais e regionais, além da equipe técnica e toda comunidade da escolar para trabalhar com as questões temáticas LGBT com o apoio de materiais didáticos específicos para usar formações e para combate à homofobia nos espaços escolares de acordo com a Lei Federal nº 13.185, 06/11/15, podendo-se utilizar para isso o tempo semanal de planejamento de aulas dos docentes.

5. Combate à homofobia nas escolas - Incluir no calendário escolar o dia 17/05, como Dia Internacional de Combate à Homofobia promovendo campanha de sensibilização e educação de famílias, comunidade e funcionários das escolas quanto às temáticas LGBT.

CULTURA

1. Fomento, apoio e incentivo - Apoiar a produção de bens culturais e de eventos de visibilidade de afirmação de orientação sexual, identidade de gênero e de uma cultura de paz através da promoção e capacitação para acesso da lei de incentivo a cultura e editais públicos, visando a produção de estudos e seminários, memória cultural LGBT, espaços culturais, centros de acervo e exposições artísticas, usando para tal prédios públicos que estejam fechados, incluindo a descentralização de recursos e financiamentos das Paradas do Orgulho LGBT.

2. Resgate e promoção da memória LGBT - Criação, adequação e apoio de espaços físicos da sociedade civil e poder público, equipamentos públicos ociosos ou fechados, tais como: biblioteca e afins para que se caracterize como centro de produção de pesquisa, arquivamento e visibilidade cultural LGBT contemplando a diversidade de manifestações artísticas e sujeito LGBT preservando assim a sua história.

3. Capacitação da Comissão de Seleção de projetos culturais para trabalhar a questão de orientação sexual, identidade de gênero (fomento direto e editais) bem como grupos LGBT para elaboração e gestão de projetos culturais e capacitação de recursos junto as leis de incentivo cultural como a criação de pontos focais, capacitadores em todo o Estado e em toda sua diversidade.

4. Criar e efetivar um grupo de trabalho com a participação do Conselho Estadual LGBT, dentro da Secretaria de Estado de Cultura, para elaborar um plano de fomento e apoio as produções artísticas e culturais que fortaleçam o sistema Estadual de Cultura com o Conselho Estadual de Cultura, objetivando a promoção e a inclusão da cultura LGBT no plano estadual evitando a descriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

5. Criações de programas de fomento a cultura - Criação e consolidação de Programas de fomento à cultura LGBT que contemplem projetos artísticos, culturais e de formação que prevejam contrapartidas sociais nos âmbitos municipal, estadual e federal, por meio de leis específicas e outros instrumentos legais, garantindo a periodicidade anual de destinação de recursos. Tais programas deverão ser elaborados através de grupos de trabalho específicos que envolvam representantes da sociedade civil.

SAÚDE

1. Capacitação e formação permanente, periódica e continuada das equipes de profissionais que atuem em serviços de saúde com ênfase no sigilo e respeito a diversidade da orientação sexual e identidade de gênero de usuárias e usuários.

2. Definição e implementação de rede regulada de serviços no atendimento ao processo transexualizador no Estado, com definição clara de responsabilidades e atribuições de todos os órgãos envolvidos.

3. Criar e implantar o programa de saúde integral a homens trans através de capacitação e sensibilização de profissionais e futuros profissionais de saúde em relação as questões inerentes as particularidades de orientações sexuais e identidades de gêneros não normativas, em aspectos biomédicos e saúde reprodutiva.

4. Realizar campanha de promoção de direitos e cuidados da saúde integral digirida à população, com foco nos direitos da população LGBT e no combate a homofobia, lesbofobia e transfobia.

5. Retomada da ênfase das políticas de saúde para prevenção e controle do HIV/ AIDS, DST e Hepatite virais, bem como ações em parceria com a sociedade civil nesta temática, de forma permanente e continuada.

SEGURANÇA

1. Criar Setor Permanente, no âmbito das Guardas Municipais do Estado do RJ para acolhimento de denúncias de casos de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero bem como, criação de protocolos específicos para abordagem de pessoas LGBT e cuidados permanentes aos servidores das guardas municipais e suas famílias. Além da criação de protocolo específico no curso de formação e capacitação continuada para as guardas municipais do Estado do Rio de Janeiro.

2. Criar e implementar imediatamente Centro de Referência LGBT e Conselhos Municipais LGBT em todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro e garantir rubricas específicas.

3. Criar campanha permanente contra a violência policial através de ações integradas entre entidades da sociedade civil, Ministério Público, Defensoria Pública e outras entidades do poder público.

4. Garantir um assento permanente do segmento LGBT nos Conselhos Municipais de Segurança Pública.

5. Garantir a capacitação dos profissionais nas áreas de educação, saúde, segurança pública, assistência social e conselhos tutelares para atendimento da população LGBT através de formação continuada desses profissionais em direitos humanos com recorte LGBT, que deverá ser controlada por agente, batalhão, regimento ou unidade administrativa. A regularidade e o aproveitamento nos cursos de formação e atualização devem ser critérios essenciais para progressão de carreira de todos os agentes; bem como promoção.

ESPORTE E LAZER

1. Criar, Incentivar, Apoiar e Promover Competições de Campeonato LGBT, Considerando as especificidades de Cada Região, Vocação e Potencialidades, Com a Promoção da Secretaria de Esporte e Lazer do Estado.

2. Criar Junto à Secretaria Estadual de Esporte e Lazer, a ampliação dos meios de comunicação: redes sociais, jornais, revistas, mídias radiofônicas etc dirigida ao público LGBT, com o objetivo de fomentar a divulgação das cidades que possuem atrativos de esporte e lazer.

3. Promover a capacitação de toda cadeia profissional de Esporte e Lazer, de modo a qualificá-lo para o atendimento ao público LGBT, objetivando sua inclusão social. A capacitação deverá ter acompanhamento e transparência e divulgação no canal de comunicação do governo e seu andamento e/ou resultado.

4. Articular junto aos movimentos organizados LGBT como: ONGs, Associações, Projetos Esportivos, que estimulem a participação da iniciativa privada, tendo como benefício a redução de impostos, taxas, incentivos fiscais, etc com recurso da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte e Lazer.

5. Criar junto à Secretaria de Esporte e Lazer Assessoria de temática LGBT para tratar e fomentar o segmento, seguindo as normas do Ministério do Turismo.

SITEMA PENITENCIÁRIO

1. Cadastro no SIPEN - Contemplar campos de identificação do nome social, nome de registro, gênero, identidade de gênero, orientação sexual de presas e presas em todo os sistemas de cadastramentos e formulários utilizados pelo sistema penitenciário.

2. Política de atenção a mulher - Garantir política de atenção a saúde da mulher LBT e homens trans no cárcere, inclusive acompanhamento ginecológico e obstétrico; bem como atenção às questões de HIV/AIDS e outras DST, Hepatites Virais e dependência química.

3. Garantir a efetividade da resolução 588 da SEAPRJ, especialmente quanto a modificação corporal assistida, incluindo hormonização e acompanhamento endocrinológico.

4. Revisar o sistema penitenciário quando da detenção da população LGBT para que considere as diferentes orientações e identidades de gênero nos cárceres, crie estratégias de combate à violência, à tortura e tratamentos degradantes e legalize as visitas íntimas para lésbicas, homens trans e MSM.

5. Reconhecimento, uso e exercício do nome social nos presídios femininos

TRABALHO, EMPREGO E RENDA

1. Incentivo a Replicação de Metodologias e Ações com Respostas Positivas do Universo LGBT; a Exemplo do Projeto Damas e Transcidadania para Inclusão Dessa População no Mercado de Trabalho.

2. Incluir Curso Profissionalizantes nas Esferas Municipais, Regionais, Estadual e Federal, Garantindo a Interiorização, Com Bolsa Auxílio Através da Secretaria de Trabalho e Renda para População LGBT de Acordo Com a Vocação Regional Mediante Levantamento de Diagnóstico das Especificidades Principalmente Para Travestis e Transexuais, Realizadas em Parcerias Com Profissionais da Área de Serviço Social.

3. Assegurar a População LGBT, Especialmente a População T, o Acesso à Política Pública de Geração De Renda e Inclusão Produtiva no Âmbito do Estado.

4. Criação de Uma Câmara Técnica / Grupo de Trabalho Dentro da Secretaria Estadual de Trabalho Para Diagnosticar, Avaliar, Propor e Monitorar Políticas Públicas/ ou Ações Afirmativas de Empregabilidade Formal e Geração de Renda Para a Comunidade LGBT Envolvendo o Programa Estadual Rio Sem Homofobia, o CELGBT-RJ, Sindicatos, Redes Sociais de Economias Solidárias, Fóruns de Cooperativismo e Auto-gestão.

5. Sensibilização de Gestores da Alta Cúpula nas Autarquias e Demais Órgãos Públicos Para a Necessidade de Absorção de Profissionais Capacitados Identificados como LGBTs em Vagas de Estágio Remunerado e Cargo em Comissão.

LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA: ADVOCAÇY, LAICIDADE E CIDADANIA LGBT

1. Regulamentação imediata da Lei Estadual nº 7.041/2015, a fim de que seja instalada uma comissão processante das sanções previstas neste diploma legislativo, bem como a criação de um fundo específico ao qual reverterão as multas aplicadas, cujos recursos serão destinados à Política Pública LGBT do Estado.

2. Instalação de Núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento da população LGBT no interior do Estado, prioritariamente em regiões de maior vulnerabilidade social, por meio da aplicação de recursos públicos estaduais e/ou parcerias com a administração pública local.

3. Garantir orçamento e infraestrutura para a interiorização das sessões e demais atividades do conselho estadual de direitos da população LGBT, com vistas a incentivar a organização do movimento social e poder público local em fóruns municipais destinados a fomentar a criação dos conselhos e coordenadorias locais, bem como divulgar calendário anual das sessões ordinárias do CELGBT.

4. Propor à Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que edite provimento que regulamente a retificação do nome e gênero constante do registro civil das pessoas transexuais e travestis independentemente de decisão judicial.

5. Criação de um fórum estadual de monitoramento da laicidade do Estado, com a finalidade de articular a sociedade civil e o poder público para denunciar violações ao art.1º da CRFB/88 por meio de instrumentos jurídicos e políticos.

6.

MÍDIA, COMUNICAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. Criar verba orçamentária destinada à pesquisa e levantamento de dados para criação de um espaço de memória, físico e virtual, de memória LGBT que crie uma ponte entre novas e antigas gerações de luta por direitos civis, com apoio e consulta do movimento social LGBT.

2. Realização de seminário (nacional e/ou internacional, presencial e/ou virtual) com enfoque em profissionais de mídias impressa, TV e digital com temas sobre identidade de gênero, cidadania LGBT, bem como fomentos e estratégias de articulação da produção acadêmica voltada para a temática LGBT com assessoria, cooperação técnica da SEASDH e Universidades com referência em produção bibliográfica, acadêmica e pesquisa da temática LGBT.

3. Elaboração de cartilha de direitos civis e cidadania LGBT em parceria com o poder público, sociedade civil e novos coletivos de militância para distribuição obrigatória em festas, eventos, bares, boates, e locais públicos de freqüência LGBT. Cartilha em formato digital e impresso, com linguagem coloquial e inovadora para se aproximar de diferentes públicos. Dentre as linguagens: aplicativo (app), web-site, HQ, entre outros.

4. Ampliar, pela Subsecretaria de Comunicação Social, Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) / Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDir), de peças publicitárias, no âmbito do Programa Rio Sem Homofobia, em caráter permanente abordando as especificidades de LGBT e também o conjunto da população LGBT para informação sobre ampliação do conceito de família, divulgação da agenda cultural LGBT e adoção por pessoas LGBT, contra discriminação por homo/lesbo, transfobia em todos os meios de comunicação presentes em todos os municípios do Estado do RJ (TV, rádios, jornais impressos, redes sociais, inclusive mídias comunitárias).

5. Combater, através do Ministério Público Estadual (M.P.E.), com base nos artigos 220 e 221 da Constituição Federal de 1988, a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero nos meios de comunicação em todo Rio de Janeiro garantindo a liberdade de expressão e livre manifestação do pensamento com direito a resposta, de acordo com a Lei nº 13.1888/2015.

SERVIÇOS DE ATENDIMENTO LGBT

1. Criar e ampliar serviços de atendimento e abrigamento (repúblicas, abrigos, casas abrigo etc.) a população LGBT no Estado do rio de Janeiro nas seguintes regiões, Centros de Cidadania LGBT: Baixada Litorânea, Médio – Paraíba, Norte, Costa verde, Norte/ Noroeste, Baixada II e Baixada III e um

centro de abrigamento (em região a ser definida), tendo como princípios (1) a transversalidade dos políticas Públicos de interface (Educação, Saúde, Segurança, Assistência Social, Trabalho e Renda, Cultura, dentre outros), (2) acessibilidade de todas/os usuárias/os sem discriminação e limitação de acesso, (3) especificidade dos segmentos LGBT, com ações e políticas específicas, (4) descentralização das ações, programas e serviços dos centros em caráter itinerante (comunidades, favelas e interior), (5) diálogo permanente e efetivo com a sociedade civil e com os poderes executivo, legislativo e judiciário locais, criando em cada centro LGBT uma comissão de acompanhamento, monitoramento e avaliação, composta em caráter regional.

2. Criar um sistema de políticas públicas de proteção a população LGBT do Estado do Rio de Janeiro, com caráter de política de estado, com a seguintes diretrizes: (1) Criação de conselhos municipais LGBT, (2) criação do órgão municipal da política LGBT , (3) criação do fundo de recursos municipal/ estadual, (4) elaborar o plano municipal/ estadual de políticas públicas para cidadania LGBT , numa construção coletiva do poder público e sociedade civil, (5) pactuarão na CIB (Comissão Intergestores Bipartite) de toda política do sistema, (6) criação do comitê de gestão da política LGBT do Estado do Rio de janeiro, formado com gestor/a do órgão municipal LGBT, (7) transformar em lei o Conselho Estadual LGBT/RJ e a Política Estadual/Municipal de Proteção da População LGBT, (8) garantir que a sociedade civil possa, por meio de editais, acessar recursos do fundo, previamente reservados, para o fortalecimento comunitário da população LGBT.

3. Campanha educativa e formativa dos serviços de atendimento da população LGBT, com realização pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo como prioridade a população LGBT que não são representados no conceito CIS/ heteronormativo.

4. Formação – manter e ampliar políticas de formação (inicial e continuada) de agentes dos poderes públicos no âmbito do estado e municípios, especialmente nas áreas da Saúde, Educação, Segurança, Cultura, Esporte e Lazer, Serviços de atendimento à Crianças, adolescente/ juventudes, terceira idade e mulheres, com acompanhamento e avaliação contínua por amostragem das pessoas formadas.

5. Criar comissão de trabalho para elaborar um estudo composto pelos CELGBT –RJ, SUPERDIR, (5) cinco membros/as delegados/as eleitos na conferência estadual LGBT- Rio 2016, mais comunicólogos/as convidados/as, que irão apresentar propostas de mudanças de nomes e slogan do programa, refletindo o novo contexto político e social da

comunidade LGBT, sendo posteriormente aprovado, através de consulta pública à Sociedade Civil.